

## OS MOVIMENTOS DAS MULHERES ORIGINÁRIAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL: A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA AO FEMINISMO INDÍGENA

### The Movements of Native Women in the Neoliberal Context: the Contribution of Literature to Indigenous Feminism

Rosangela Célia Faustino<sup>1</sup>

Danilo Mello Campassi<sup>2</sup>

**Resumo:** Movimentos feministas têm se formado em diferentes tempos, espaços e pautas. Em relação às mulheres originárias, para uma discussão especificamente sobre o feminismo, a década de 1980, no contexto neoliberal, é muito relevante. Com as políticas neoliberais que aprofundaram a expropriação e a exploração, os movimentos sociais indígenas se ampliaram e as mulheres tiveram papel fundamental ao denunciar as violências de gênero e a exclusão que vivenciam. Um dos principais resultados das lutas indígenas no Brasil foi a conquista da cidadania na Constituição Federal de 1988. Antes dessa lei, os povos originários eram tutelados e subordinados ao órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Com a conquista da autonomia, organizaram-se para que seus movimentos sociais tivessem maior visibilidade e maior articulação com os movimentos sociais urbanos. A partir da autodeterminação e das experiências nas mobilizações, as mulheres indígenas passaram a se organizar de forma mais específica, rumo ao feminismo, criando, na década de 1980, suas primeiras articulações. Por meio de revisão bibliográfica e documental e dos estudos de obras literárias, este texto tem como objetivo discutir o feminismo indígena no contexto neoliberal e suas diferentes formas de expressão, desde as organizações políticas até as narrativas das mulheres originárias em suas obras literárias. Verifica-se um grande avanço nas conquistas das mulheres indígenas e seus movimentos feministas em termos de políticas públicas na atualidade, mas há, ainda, a necessidade de políticas públicas focalizadas na efetivação de todos os direitos das mulheres originárias.

**Palavras-chave:** Feminismo Indígena. Literatura. Política Neoliberal.

**Abstract:** Feminist movements have emerged at different times, in various spaces, and around diverse agendas. Regarding Indigenous women, the 1980s stand out as a particularly significant period for discussions around feminism within the neoliberal context. As neoliberal policies deepened expropriation and exploitation, Indigenous social movements expanded, and women played a fundamental role in denouncing gender-based violence and the exclusion they face. One of the most important achievements of Indigenous struggles in Brazil was the recognition of citizenship in the 1988 Federal Constitution. Before this law, Indigenous peoples were under

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Conhecimento e Inclusão Social em Educação (FAE/UFMG-MG). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM-PR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0094-5528> E-mail: [rfaustino@uem.br](mailto:rfaustino@uem.br)

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Administração, Orientação e Supervisão Educacional pela UNICV (2025). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1429-5106> E-mail: [danielocampassi@gmail.com](mailto:danielocampassi@gmail.com)

the guardianship and authority of the Indigenous affairs agency, the National Indigenous Foundation (FUNAI). With the achievement of autonomy, Indigenous peoples organized to increase the visibility and articulation of their social movements, particularly in connection with urban movements. From a place of self-determination and mobilization experience, Indigenous women began to organize more specifically toward feminism, initiating their first collective efforts in the 1980s. Through bibliographic and documentary review, as well as literary analysis, this paper aims to discuss Indigenous feminism in the neoliberal context and its various forms of expression – from political organization to the narratives of Indigenous women in their literary works. Significant progress has been made in the recognition of Indigenous women’s rights and feminist movements in terms of public policy. However, there is still a pressing need for targeted public policies to fully ensure the rights of Indigenous women.

**Keywords:** Indigenous Feminism. Literature. Neoliberal Policy.

## 1 Introdução

Movimentos feministas têm se formado em diferentes tempos, espaços, sociedades e grupos, expressando-se com distintas bandeiras de lutas desde a denominada primeira onda do feminismo, ocorrida nas últimas décadas do século XIX, quando mulheres de diferentes partes do mundo lutavam, principalmente, por direitos trabalhistas e direito ao voto.

No despontar do século XX, com a Revolução Socialista na Rússia, em 1917, as mulheres soviéticas adquiriram, na nova Constituição, o direito ao voto, aos estudos e ao mercado de trabalho com legislação igualitária. “Antes da Revolução de Outubro, 80% das assalariadas da Rússia era cozinheiras, criadas e trabalhadoras agrícolas” (Vichneva-Sarafanova, 1985, p. 8).

As conquistas das mulheres socialistas despertaram a atenção do feminismo internacional. Em 1919, foi criada, no mundo ocidental, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que passou a combater a exploração trabalhista e normatizar direitos fundamentais. Após o final do período das grandes guerras mundiais, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada a Carta das Nações Unidas, em 1945, e, na sequência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Esses e outros acontecimentos do período impulsionaram mudanças no âmbito dos direitos sociais, e os movimentos feministas se ampliaram.

Em termos de diversidade, destacou-se uma relevante contribuição ao debate sobre o feminismo, iniciado pela ativista feminista negra Angela Davis. Sua militância e suas ideias revelaram que o feminismo branco e europeu não dava conta ou não se preocupava em abordar as especificidades, a vida, as lutas, as reivindicações e as diferentes questões e necessidades que envolvem as mulheres negras e mulheres pertencentes aos grupos denominados minoritários.

No Brasil, destacam-se as ações de Lélia Gonzalez (1935-1994), que expôs ideias revolucionárias sobre as mulheres e meninas negras e lutou em meio ao violento período militar ditatorial brasileiro. Há as ações da escritora e ativista Conceição Evaristo (1946) que são consideradas pioneiras nos debates e nas organizações feministas e impulsionaram mudanças a

partir de análises e críticas “ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental” (Gonzales, 2020, s/p).

Assim como as mulheres negras sofrem diferentes tipos de preconceitos, exclusão e discriminação, as mulheres indígenas padecem de diferentes tipos de discriminação. “Tal y como se ha observado con frecuencia, la enorme mayoría de las mujeres indígenas se enfrentan a una triple discriminación: debido a su género, a su etnicidad y a su marginación socioeconómica” (Sieder; Sierra, 2011, p.11).

No limiar do período neoliberal, mulheres indígenas latino-americanas, como Domitila Barrios de Chungara (Bolívia, 1937-2012), Hilaria Supa Huamán (Peru, 1957), Rigoberta Menchú (Guatemala, 1959) e outras, foram precursoras e lideraram grandes movimentos étnico-culturais. Seus enfrentamentos e militâncias expandiram as fronteiras e contribuíram significativamente para a ampliação do alcance de suas vozes em prol das lutas coletivas para a conquista dos direitos territoriais e ancestrais dos diferentes povos originários.

As mulheres originárias no Brasil, embora historicamente sempre tenham desempenhado papel fundamental nos movimentos e em lutas entre seus grupos étnicos, no contexto dos anos de 1980, nas lutas contra a ditadura militar brasileira, evidenciaram melhor as pautas de exclusão de gênero. No entanto, a discussão específica acerca do feminismo indígena só ganhou visibilidade, de forma estruturada, apenas com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

A partir da liberdade e do reconhecimento da autodeterminação dos povos originários e das experiências nas lutas urbanas, as mulheres indígenas passaram a discutir questões de gênero e a se organizar de forma mais específica, criando as primeiras articulações femininas: a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), fundada em 1987, e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut), fundada no início da década de 1980. Conforme o documento “Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil”, elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), a partir dos anos 1990 e das décadas seguintes, mais de uma centena de associações de mulheres indígenas foram criadas.

Nesses coletivos, novas bandeiras de lutas foram sendo delineadas pelas mulheres indígenas que passam a se destacar em amplos campos de atuação, como a política, a academia e a literatura. A partir dessas questões e problemáticas, este texto tem como objetivo discutir o feminismo indígena e suas diferentes formas de expressão, das organizações políticas criadas no contexto do neoliberalismo aos movimentos sociais e as escritas literárias das mulheres originárias, tendo como pautas centrais a territorialidade, as culturas, as línguas e a ancestralidade.

## 2 Breve histórico das lutas indígenas e o papel das mulheres

Historicamente, desde a invasão europeia no século XVI, teve início o período da colonização na região denominada pelos indígenas de Abya Yala, com a exploração das riquezas, a expropriação dos territórios e a dizimação, por meio de violência e doenças, que resultou no extermínio de centenas de povos. A destruição sistemática das populações indígenas



dominação religiosa que atuava para eliminar as organizações socioculturais nativas das comunidades indígenas e menosprezava e subalternizava o papel e a liderança das mulheres na sociedade.

A primeira razão para a escravidão foi religiosa, uma vez que conflitos econômicos na Europa foram, por tanto tempo, travados em termos religiosos. “Infiéis” eram escravos naturais. Essa lógica não perdurou, tendo em vista que infiéis poderiam facilmente converter-se, ao menos nominalmente, quando isso fosse do seu interesse. A cor, uma elaboração do “fardo do homem branco”, tornou-se, daí, uma desculpa para a captura, o saque e a escravização dos não europeus (Leacock, 2019, p. 51).

O impacto religioso e exploratório transformou profundamente a relação entre gênero e poder nas comunidades indígenas, impondo uma hierarquia que até então não existia entre os povos originários. As mulheres indígenas foram desumanizadas e exploradas pelos dominadores colonialistas. O enfrentamento a essa opressão de gênero e raça é uma especificidade que faz parte da luta feminista indígena.

Embora o movimento feminista proponha a igualdade de oportunidades ou empoderamento das mulheres para combater o patriarcado na esfera do poder, no caso dos povos indígenas, é necessário colocar a perspectiva de gênero em seu contexto histórico e identitário e em seu conteúdo filosófico. Quando não fazemos esse exercício reflexivo terminamos levantando teses elaboradas a partir do pensamento ocidental que pode muito bem causar um curto-circuito com os processos comunitários dos povos (Pacari, 2020, p. 12).

O conceito de “corpo-território”, (Coradin; Oliveira, 2024) muito utilizado no feminismo indígena, estabelece uma conexão profunda de pertencimento entre o corpo da mulher e o espaço que ela habita. O corpo da mulher indígena é símbolo da própria terra que foi violada e explorada ao longo dos séculos. Nesse sentido, o direito ao território é fundamental, e a luta das mulheres indígenas é também uma luta pela garantia e pela preservação de seus territórios ancestrais e pela autonomia sobre seus corpos. Essas pautas contribuem para que o feminismo indígena seja uma importante ferramenta nos movimentos sociais étnicos, destacando especificidades das mulheres originárias que enfrentam múltiplas e diferentes formas de opressão.

Nas discussões indígenas, o conceito de gênero em seu contexto identitário remete à ancestralidade, e o papel social das mulheres está frequentemente ligado aos saberes culturais, à preservação das tradições, das línguas e ao cuidado com a família extensa, a terra e a produção da vida. Com o pós-colonialismo e o decolonialismo, a resistência das mulheres indígenas ao patriarcado colonial se intensificou fortalecendo suas identidades étnicas, de gênero e potencializando suas lutas.

Nas terras indígenas e nas cidades, têm despontado lideranças femininas, e as mulheres têm se tornado cacicas, diretoras de escolas, médicas, enfermeiras, advogadas, vereadoras, deputadas, sendo ativistas indígenas que atuam fortemente desempenhando papéis importantes na defesa dos direitos de seus povos, na manutenção das tradições culturais e nos enfrentamentos políticos. Ro’Otsitsina Xavante traz, em sua fala, a relevância do protagonismo das mulheres indígenas que deve estar presente no cotidiano das comunidades como forma de mobilizar as parentas para que participem dos movimentos sociais e de gênero.



por meio de suas narrativas, expressam suas vivências, denunciam as injustiças sofridas e fortalecem a interculturalidade e a ancestralidade de seus povos. Muitas das escritoras combinam a oralidade, por meio do registro de narrativas tradicionais que, por séculos, foram transmitidas de gerações em gerações, com produções novas, que incorporam conteúdos das lutas atuais, com histórias, poemas, versos e contos, contribuindo para que o Brasil as conheça e reconheça como grandes escritoras.

Na contemporaneidade, os escritos de mulheres originárias têm contribuído para os movimentos feministas indígenas na medida em que denunciam, protestam, registram e mostram, pela linguagem literária, suas lutas e suas artes.

Dessa forma, o movimento feminista indígena se fortalece em diferentes frentes, com articulações políticas, ocupação de espaços institucionais e produção literária. Mais recentemente, as mulheres indígenas têm se engajado em novas lutas com uma abordagem interseccional, que reconhece as múltiplas e específicas opressões sofridas pelas mulheres indígenas, LGBTQIAPN+ indígenas e outras identidades de gêneros nas comunidades.

A interseccionalidade (Collins, 2020) é um conceito que discute e nos permite compreender como as desigualdades de raça, gênero, classe e etnia se sobrepõem, mantendo os povos indígenas em vulnerabilidade social. As mulheres originárias sofrem não apenas o racismo estrutural e a invisibilidade, mas também a violência de gênero em contextos urbanos e, muitas vezes, dentro das próprias comunidades. Nesse sentido, a perspectiva interseccional é essencial para a análise de diferentes situações e questões e também para a formulação de políticas públicas eficazes e estratégias de resistência que identifiquem e combatam as diversas formas de violências sofridas por essas mulheres.

Como uma contribuição às lutas feministas indígenas, a literatura indígena, especialmente a escrita por mulheres indígenas, desponta, nesse contexto, como uma ferramenta fundamental para a denúncia das violências históricas e para a reconstrução das identidades e culturas indígenas. As escritoras Eliane Potiguara, Márcia Kambeba e Graça Graúna desenvolvem produções literárias que desafiam o colonialismo e constituem formas de resistência que contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais indígenas.

O genocídio indígena, que existe desde a colonização portuguesa, não ocorre apenas por meio de massacres físicos, mas também mediante a negação de direitos territoriais, a destruição de modos de vida e a imposição de políticas que desconsideram especificidades econômicas e culturais. A interseccionalidade e a literatura indígena, ao colocarem em evidência essas múltiplas formas de violências, tornam-se estratégias de mobilização para se enfrentar e reverter esse cenário.

Dessa forma, a luta dos movimentos indígenas ultrapassa o campo político e se manifesta na arte, na literatura e no conhecimento produzido por escritores e escritoras indígenas, que desafiam a hegemonia colonial e constroem novas possibilidades de resistência e existência para suas comunidades.

### **3 Movimentos feministas indígenas e o neoliberalismo**

Nas lutas por igualdade e respeito às diferenças de gênero, as mulheres indígenas têm, cada vez mais, participado dos movimentos urbanos, expondo suas pautas específicas e

contribuindo para uma troca de experiências entre as diferentes etnias, construindo, assim, o fortalecimento étnico. As mobilizações e a vontade de mudança consolidam a autonomia das organizações e ampliam o acesso aos direitos via políticas públicas. A interseccionalidade no feminismo indígena aborda as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres originárias, que incluem a desigualdade de gênero e a diversidade social, além das experiências individuais na vida cotidiana.

[...] a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p. 16).

Os movimentos sociais se organizam de forma mais geral, “por exemplo: raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical” (Collins e Bilge, 2020 p. 18). Entretanto, as questões específicas demandadas pelas mulheres indígenas permeiam tanto os movimentos gerais como os movimentos específicos, pois elas sofrem diferentes tipos de discriminação. Portanto, o uso da abordagem interseccional é uma ferramenta analítica de resposta aos desafios enfrentados pelos movimentos contra a misoginia.

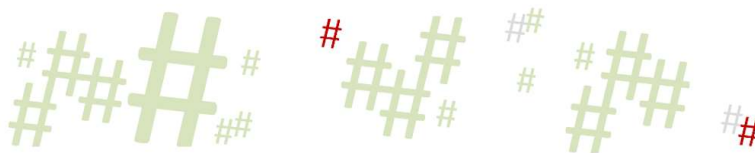
Desde os anos de 1970, os movimentos sociais indígenas com forte presença e participação das mulheres começaram a abrir novos caminhos na grande imprensa e demais espaços públicos, exigindo que suas vozes e a dos diferentes povos indígenas fossem ouvidas, reconhecidas, respeitadas e valorizadas. Várias lideranças femininas indígenas atingiram grande projeção social no Brasil, estando à frente de variados movimentos sociais.

Conforme os estudos de Fabiola Escárzaga (2004, p. 101), o neoliberalismo tem gerado níveis de pobreza e desigualdade social sem precedentes no mundo, principalmente em países periféricos, e as transformações produtivas têm provocado uma demanda crescente por recursos naturais que está levando à incorporação de novos territórios ainda pouco explorados pelo mercado mundial.

O Banco Mundial elaborou políticas sociais que buscam mitigar os efeitos das políticas financeiras impostas aos governos por instituições internacionais. Essas políticas visam combater a pobreza e a pobreza extrema, fornecendo ajuda e acesso ao bem-estar aos setores mais vulneráveis, incluindo camponeses e povos indígenas, enquanto privam os trabalhadores urbanos e a classe média do bem-estar que antes alcançavam. (Escárzaga, 2004, p. 101, tradução nossa)

Nesse contexto, as demandas dos movimentos feministas indígenas reúnem causas que envolvem a defesa dos territórios e a preservação ambiental; o acesso a moradias, educação e saúde; o saneamento básico; o reconhecimento e respeito às tradições e ancestralidade; as políticas públicas com geração de renda; a desmilitarização de áreas indígenas; a punição para a violência doméstica e crimes de violência sexual; o fim do preconceito, da discriminação e da exclusão; e a participação e a representação igualitárias em todos os níveis de tomada de decisões em instituições nacionais e internacionais.

A complexidade das violências vividas cotidianamente por mulheres indígenas exige demandas que extrapolam a esfera dos direitos individuais e se articulam à luta coletiva por território e inclusão. Os movimentos de mulheres, juventudes e povos originários passaram a



ser objeto de políticas de reconhecimento, impulsionadas por organismos e instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial (BM) e outros.

O feminismo indígena tem desenvolvido ações para enfrentar os impactos da colonialidade, do racismo estrutural, do patriarcado presente na vida das mulheres e, mais recentemente, das políticas de privatização realizadas pela política neoliberal, como, por exemplo, os empregos de agentes nas escolas indígenas no Paraná, que funcionavam por contratos temporários e foram terceirizados, tornando-se mais precários ainda.

As violências que as mulheres originárias enfrentam são múltiplas e interseccionais:

[...] A mulher indígena sofre vários tipos de violência. Primeiro ela sofre por ver seu povo sendo afetado, marginalizado, discriminado. Depois, ela sofre como mulher e essa violência não é só física, ela é psicológica e social também. Mulheres indígenas sofreram esterilização forçada. Mulheres e crianças são violentadas e assassinadas por pistoleiros como forma de intimidar o povo a deixar a aldeia (Hollanda, apud. Oliveira, 2018, p. 305).

Diante desse cenário, os movimentos indígenas femininos desempenham papel fundamental, não apenas denunciando o não cumprimento dos direitos, mas também promovendo a construção de estratégias de acolhimento e resistência e oferecendo, por meio de suas associações, suportes psicológico, comunitário e político às mulheres indígenas afetadas por violências e opressões. Assim, atuam no combate ao preconceito, à discriminação e à exclusão e exigem inclusão indígena e participação igualitária em todos os espaços de tomada de decisão, não se limitando à luta por equidade de gênero.

É necessário compreendermos e diferenciarmos as lutas do feminismo indígena da luta dos movimentos e de agendas gerais, predominantes do feminismo ocidental. As demandas do feminismo indígena estão enraizadas em questões de território, direitos ancestrais, sustentabilidade ambiental, fim dos genocídios, do sexismo, do racismo, da discriminação e da exclusão indígena. Sônia Guajajara explica que

[...] existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito [...] talvez o termo não seja o mais adequado para a nossa realidade. O feminismo soa parcial, longe da gente. Mas temos sim, buscado pelo protagonismo dentro e fora das aldeias procurando visibilidade. O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e para fora, nas nossas lutas, procurando visibilidade. [...] Hoje, mulheres têm assumido os principais cargos dos movimentos indígenas estaduais e regionais. [...] uma vitória nossa, mas que contou também com o entendimento e os votos de muitos homens para acontecer. Para a gente, esse é o nosso feminismo: de empoderar e assumir o protagonismo (Oliveira, apud Guajajara, 2009, p. 302).

O movimento das mulheres tem criado organizações para tratar, exclusivamente, dos enfrentamentos das pautas femininas indígenas. As primeiras organizações foram a “Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Aman) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut), ambas articuladas nos anos de 1980. Várias outras, em diferentes regiões do país, foram constituídas a partir da década de 1990. Em 2000, na Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da







O poema relata os abusos e os sofrimentos etnorraciais da mulher indígena, a discriminação que não se limita apenas à cor da pele ou ascendência, mas se manifesta no apagamento da identidade cultural, na desvalorização da cultura, língua e tradições indígenas. A imposição da hegemonia eurocêntrica deslegitima, desconsidera e menospreza os etnoconhecimentos. Nesse processo, tem ocorrido também, a desvalorização das línguas indígenas, que são pouco conhecidas em espaços públicos, para além das próprias comunidades indígenas.

Com a literatura, os conhecimentos ancestrais e as línguas indígenas adquirem maior alcance e visibilidade. A partir das vozes poéticas, somos conduzidos a retomar a consciência sobre os movimentos sociais e a função da literatura, e também a prestar atenção às múltiplas vozes que reivindicam direitos e mostram saberes e culturas de diferentes povos por meio do campo literário. A questão desafia a imposição da verdade e dos cânones construídos pelo pensamento ocidental colonizador que desprezou e silenciou as vozes, os saberes e as tradições indígenas, intentando deixá-los congelados, em um passado distante.

O estereótipo criado e disseminado pelo colonialismo implantou a ideia de que os indígenas pertencem a um passado distante e que seus conhecimentos não têm relevância ou funcionalidade na atualidade. Esse processo de apagamento acontece de várias formas, como a negação da presença indígena e a deslegitimação dos saberes nos espaços de produção de conhecimento social e político. É necessário lembrarmos que a colonização divulgou a história de que os povos indígenas pertencem a sociedades primitivas, ignorando e negando a dinamicidade das culturas humanas.

Século XXI: a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma como a situação dos seus escritores e escritoras continua sendo desrespeitada. A situação não é diferente com relação aos escritores negros e afrodescendentes. Essa questão ainda não se livrou do prisma etnocentrista (Graúna, 2013, p. 20).

A escritora e pesquisadora Graça Graúna, pertencente ao povo Potiguara, é formada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco, onde realizou o seu mestrado sobre mitos indígenas na literatura infantil e o doutorado sobre literatura indígena contemporânea no Brasil. É considerada uma das vozes mais importantes da literatura indígena no Brasil. Seu livro, *Flor da Mata* (2014), evidencia como a poesia, repleta de saberes ancestrais, significa uma ferramenta de resistência. A obra é um conjunto de poemas que entrelaça memórias, natureza, identidade e pertencimento, valorizando a cosmovisão indígena e o papel da mulher nesse contexto.

Os poemas escritos por Graça Graúna refletem a espiritualidade, as raízes ancestrais e o enfrentamento às violências sofridas pelos povos e mulheres indígenas, mas sempre com uma visão de resistência e esperança. Seu trabalho se conecta à luta coletiva dos povos originários e ao fortalecimento das vozes indígenas na literatura brasileira. Para Graúna, a preservação cultural está, também, na história do escritor indígena que “semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones” (GRAÚNA, 2013, p. 15).

O livro “*Flor da Mata*” apresenta um estilo poético haicai, de poemas curtos que se aproximam com o estilo e forma da sociedade tradicional japonesa. Na apresentação da obra, Graúna afirma que, na sua intuição, [...] “diz que a flor – entre os adereços agora presentes no toré – sugere ao mesmo tempo a leveza e a força que vem da Mãe-Terra; leveza e força que o “hajjin” (fazedor de haicai) também necessita para o haicai acontecer” (Graúna, 2014, p.7).

Na obra, as poesias expressam a vida com o envolvimento da natureza, seguida do apelo social, a forma contada, e espalham experiências comunitárias. Os poemas são um convite semântico que nos proporciona a imagem da inquietação da autora. A natureza surge entre as palavras que abordam a resistência dos povos originários. “[...] Apesar dos pesares / resta-nos sonhar: / a Mãe Terra nos anima” (Graúna, 2014, p. 18). Essa concepção de *mãe terra* está presente nos movimentos sociais e nas produções literárias indígenas para representar a natureza que é a geradora de vida. O sonho tem grande significado para as culturas indígenas (Orobitg, 2022). No poema, Graúna faz referência à esperança e às lutas coletivas que juntam os diversos povos, articulando diferentes experiências na construção da resistência frente ao colonialismo e, mais recentemente, frente ao neoliberalismo.

A poesia indígena contribui com a formação de leitores multiculturais, com destaque para as diferentes culturas que valorizam a terra, o ambiente, a liberdade, a igualdade e a coletividade. Gonçalves (2006) afirma que “A simples compreensão da natureza que inclui nossa própria espécie em seu imenso ciclo organizado, pode em muito ajudar a recuperar um novo sentido de liberdade”.

Nas sociedades tradicionais, os conhecimentos são produzidos e aprendidos nas práticas sociais. Aprende-se, também, pela oralidade, ouvindo conselhos e histórias narradas pelas sábias e sábios mais velhos, participando de festas e rituais sagrados. Porém, a invasão dos territórios indígenas, a derrubada das florestas, a poluição dos rios e a diminuição das áreas de caça, coleta e roças tradicionais causaram grandes impactos e impuseram mudanças nos modos tradicionais de organização da vida indígena. Com a entrada massiva da escola em todas as comunidades e com a ampliação das políticas públicas de incentivo à produção de materiais didáticos e literários, as histórias e as memórias ancestrais estão sendo registradas por escritores, professores e pesquisadores indígenas.

Foi retomada a CAPEMA – Comissão Nacional de Avaliação e Apoio à Produção de Material Didático e Literário Indígena –, e desde 2013 existe o Programa Saberes Indígenas na Escola, que tem impulsionado novos escritos e novos autores de livros que têm cumprido um papel fundamental de incentivo à produção literária e fomentado o diálogo entre a teoria e a prática, aproximando os professores e estudantes indígenas dos conteúdos de suas cosmovisões no espaço da escola.

## 5 Conclusão

O feminismo indígena atua em conjunto, articulado aos movimentos sociais indígenas mais amplos que resistem à invasão, à diminuição ou à falta de demarcação dos territórios, à devastação ambiental, ao colonialismo e ao neoliberalismo. As mulheres originárias lutam em grandes frentes e constroem pautas próprias, revitalizando valores culturais fundamentados na ancestralidade e negados durante séculos de colonização. Recuperam e restauram a importância das mulheres como mães, guerreiras, guardiãs e disseminadoras dos conhecimentos, destacam o papel das parteiras, curandeiras e líderes espirituais, que historicamente ocupavam lugares centrais nas sociedades indígenas. Lutam nos espaços públicos dos quais foram excluídas por séculos de colonialismo, eurocentrismo e patriarcalismo. Evidenciam as especificidades do movimento feminista indígena e colocam suas vozes em todos os cantos com cosmologias próprias.

Nas últimas décadas, o neoliberalismo tem aprofundado o individualismo e as desigualdades sociais, gerando questões mais complexas para o movimento das mulheres indígenas. As políticas públicas devem ser reafirmadas e pautadas de acordo com as especificidades dos povos indígenas nos contextos econômico e social, respeitando e valorizando as diversidades étnicas, para que uma legislação específica possa reafirmar direitos e combater a violência contra a mulher indígena, com pautas advindas das suas diferentes realidades.

Os movimentos sociais, como as Marchas das Mulheres Indígenas e outros, demonstram a força e a organização das mulheres originárias, presentes nas lideranças femininas dos diferentes povos. As pautas feministas indígenas impactam e transformam profundamente a relação entre gênero e poder nas comunidades indígenas, que, após a invasão e no período da colonização, subordinou e oprimiu mulheres indígenas. A opressão de gênero e raça é uma especificidade central da luta feminista indígena que a interseccionalidade ajuda a desvelar e a enfrentar.

O protagonismo das mulheres indígenas nos movimentos sociais e na produção literária reforça a importância de suas narrativas na construção de um país intercultural. Autoras como Graça Graúna, Eliane Potiguara e Márcia Kambeba mostram que a literatura indígena não apenas resiste, mas também se reinventa, reafirmando a força, os conhecimentos e a beleza das artes dos povos originários.

Os povos indígenas combatem a discriminação e a exclusão por meio de diferentes ações e estratégias. Tanto o movimento feminista indígena quanto a literatura produzida por mulheres indígenas articulam-se como estratégias necessárias e potentes para a resistência e a luta contra os processos históricos e atuais de violências, apagamento e genocídio dos povos originários. Os movimentos indígenas das mulheres têm garantido mais espaços de atuação e de inserção de suas pautas em âmbitos nacional e internacional, o que contribui para que os seus direitos sejam cumpridos, considerando-se as suas culturas e tradições e combatendo as injustiças históricas contra os povos indígenas.

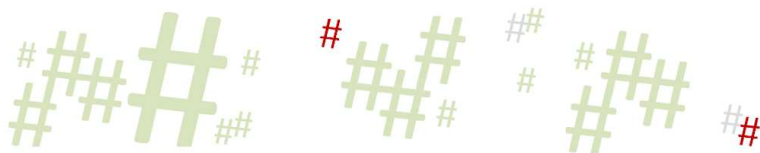
## Referências

ANMIGA. Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. **Manifesto Reflorestar Mentes:** reflorestarmentes de sonhos, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história. [S.l.], 10 set. 2021. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **40 años de la Agenda Regional de Género (LC/G.2682)**. Santiago, jul. 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4ea9b339-b453-4bcf-b737-f0b775afaf6d/content> Acesso em: 03 fev. 2025

CLADEM. Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres. **La participación de las mujeres indígenas en la conservación del patrimonio**



**cultural**. 2014. Disponível em:

[https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/IPeoples/EMRIP/CulturalHeritage/CLADEM\\_sp.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/IPeoples/EMRIP/CulturalHeritage/CLADEM_sp.pdf) Acesso em: 17 fev. 2025

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Las mujeres indígenas y sus derechos humanos en las Américas**. Documentos oficiales; OEA/Ser.L/V/II. 2017.

Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mujeresindigenas.pdf> Acesso em: 20 fev. 2025

Conselho Indigenista Missionário, **Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final**: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida”. Brasília, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenasdocumento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 13 de mai. 2025.

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone Santos. Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. **Saúde em Debate**, v. 48, n. Especial 1, 2024.

ESCÁRZAGA, Fabiola. La emergencia indígena contra el neoliberalismo. **Política y Cultura**, n. 22, p. 101-121, 2004. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/267/26702206.pdf> Acesso em: 15 mar. 2025.

GONÇALVES, Márcia. **Filosofias da natureza**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

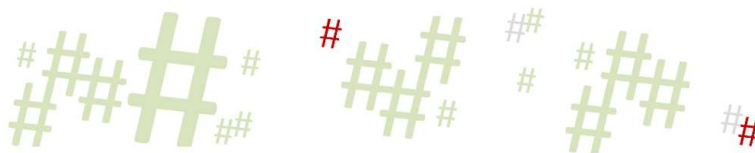
GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

GRAÚNA, Graça. **Flor da mata**. Ilustração: Carmen Bardi. Belo Horizonte: Penninha, 2014.

GUAJAJARA, Sonia. Demarcando terras, demarcando telas! **Instituto Socioambiental**, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/sonia-guajajara-demarcando-terras-demarcando-telas> Acesso em: 19 mar. 2025.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KAUSS, V. L. T.; PERUZZO, A. A inserção da mulher indígena brasileira na sociedade contemporânea através da literatura. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 32, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/31868>. Acesso em: 1 mar. 2025.



LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. Tradução: Susana Vasconcelos Jimenez. São Paulo: Instituto Lukács, 2019. p. 416

MANSOOR, Asma. "Marginalization" in Third World Feminism: Its Problematics and Theoretical Reconfiguration. **Palgrave Communications**, v. 2, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/palcomms201626.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **O que é Abya Yala, o nome dado ao continente americano?** Redação National Geographic Brasil, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/o-que-e-abya-yala-o-nome-dado-ao-continente-americano>. Acesso em: 1 mar. 2025.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. AG/RES.2888 (XLVI-O/16), 15 jun. 2016.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. Feminismo indígena. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OLIVEIRA, L. M. B. de. Corpos que Escapam: Ação Cultural como Resistência. **Revista de Estudos Universitários - REU**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/366>. Acesso em: 31 maio 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, Nações Unidas. 107ª Sessão Plenária 13 de setembro de 2007. Rio de Janeiro, 2008.

ONU MULHERES. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Beijing: ONU Mulheres, 1995. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf). Acesso em: 28 maio 2025.

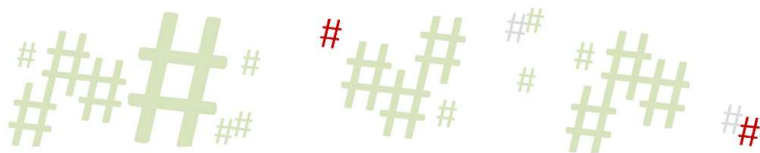
OROBITG, Gemma. Para além do sonho e da vigília: o sonho ameríndio e a existência. **Revista de Antropologia**, v. 65, n. 3, e185870, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.206557> Acesso em: 30 maio 2025.

PACARI, Nina. **Las Luchas y Conquistas de las Mujeres Kichwas que Clausuran el silencio**. Quito (Equador): Pedagógica Freire, 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.ec/pdfs/luchas-conquistas-mujeres-kichwas.pdf> Acesso em: 20 mar. 2025.

PAREDES, Julieta. Despatriarcalización: una respuesta categórica del feminismo comunitario, descolonizando la vida. **ResearchGate**, [S. l.], 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/298800834\\_Despatriarcalizacion\\_Una\\_respuesta\\_ca\\_tegorica\\_del\\_feminismo\\_comunitario\\_descolonizando\\_la\\_vida](https://www.researchgate.net/publication/298800834_Despatriarcalizacion_Una_respuesta_ca_tegorica_del_feminismo_comunitario_descolonizando_la_vida). Acesso em: 10 abr. 2025.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3 ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

PEIXOTO, Kércia Priscilla Figueiredo. Racismo contra indígenas: reconhecer é combater. **Revista Antropológicas**, ano 21, v. 28, n. 2, p. 27-56, 2017.



PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. UFSCar. Representações das mulheres do Terceiro Mundo. **Revista Contemporânea**, 2022. Disponível em: <https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/160/92/278>. Acesso em: 1 mar. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 1 mar. 2025.

SIEDER, Rachel; SIERRA, María Teresa. **Acceso a la justicia para las mujeres indígenas en América Latina**. Bergen: Michelsen Institute (CMI Working Paper WP 2011: 2).

SMITH, Andrea. Indigenous Feminism Without apology. **Unsettling America**, [S.l.], 8 set. 2011. Disponível em: <https://unsettlingamerica.wordpress.com/2011/09/08/indigenous-feminism-without-apology/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SOUZA, Adriana. U.; SANTOS, Juvana. E.; OLIVEIRA, Edileia. S. A Mulher Indígena e o Protagonismo da sua Própria História de Luta e Resistência. **Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, UFG/CAC. v. 17, n. 1, p. 94-104, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/emblemas/article/download/63160/34703/279502> Acesso em: 30 mai. 2025.

United Nations. **Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples**. General Assembly Resolution 1514 (XV). 1960. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Independence.aspx>. Acesso em: 30 mai. 2025.

VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/mulheres\\_indigenas\\_direitos\\_pol\\_publicas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/mulheres_indigenas_direitos_pol_publicas.pdf). Acesso em: 18 abr. 2025.

VICHNEVA-SARAFANOVA, Natalia. **O mundo da mulher soviética: decênio da Mulher proclamado pela ONU 1976-1985**. Tradução: Hudson C. Lacerda. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

Recebido em abril de 20225

Aprovado em junho de 2025